



**Propostas para  
esperançar a  
nossa Belo  
Horizonte**

# Plano de governo



# Plano de governo





# Plano de governo

Apresentamos as diretrizes iniciais para a construção coletiva de nosso Programa **BH da Esperança**, focadas em transformações necessárias para conduzir nossa Belo Horizonte a um **futuro mais justo, solidário, sustentável, soberano e criativo para todos** que aqui vivem.

As diretrizes e propostas aqui registradas são a síntese de um **processo colaborativo** iniciado nos partidos que se uniram nesse projeto e aprofundado em diversos grupos de trabalho que se reuniram a partir de junho de 2024, com **contribuições de mais de 200 pessoas** entre militantes de movimentos sociais, profissionais da administração pública, empresários, professores, pesquisadores e outros, com ou sem vinculação partidária, comprometidos com o ideal de construção de uma **cidade socialmente inclusiva, ambientalmente sustentável e economicamente dinâmica**, que volte a ser **referência de boas práticas no cenário nacional e internacional**.

Este conjunto ora apresentado estará aberto a contribuições durante o período da campanha eleitoral para posteriormente subsidiar políticas, programas e ações de nosso governo.

*Rogério Lorenzi*

# Sumário

Gestão Democrática	5
Assistência Social e Política de Cuidados	7
Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	11
Políticas para Mulheres	14
Políticas para populações LGBTQIAPN+	17
Políticas para as juventudes	19
Políticas de igualdade racial	22
Esportes e Lazer	25
Política Cultural	27
Saúde	31
Direitos animais	36
Educação	39
Política urbana e habitação	43
Políticas ambientais	47
Saneamento	51
Mobilidade Urbana e transporte coletivo	55
Desenvolvimento econômico e tecnológico	59
Segurança Pública Cidadã	63
Ficha técnica	66



# Gestão democrática

# 1

## Gestão democrática

Nos governos de Patrus, Célio de Castro e Fernando Pimentel, BH construiu e acumulou experiências de uma gestão republicana, participativa e inovadora. Assim, o compromisso fundamental deste programa é o de retomar e aprofundar, em uma posição pioneira e de vanguarda, as dimensões republicanas, participativas e inovadoras da gestão de uma metrópole. Nesta perspectiva, propomos:

Democratizar a gestão da cidade, incluindo a reestruturação e o **fortalecimento das Administrações Regionais**, o restabelecimento das instâncias de participação descontinuadas e do **Orçamento Participativo** e o fortalecimento dos Conselhos Municipais.

Instituir o **Conselho da Cidade**, com a participação ampla de entidades representativas dos setores empresariais, de instituições de ensino e pesquisa, de associações profissionais, organizações sociais e movimentos sociais, com caráter consultivo, para discutir questões estratégicas da nossa capital.

Instituir **mesa permanente de negociação** e contrato coletivo de trabalho anual para todos os servidores da PBH.

Implementar uma **Política de Comunicação e Informação** transversal a todas as secretarias e órgãos da Administração Municipal, focada na transparência e com o objetivo de facilitar o acompanhamento das políticas públicas e fomentar o debate público e o engajamento da população.



# Assistência Social e Política de Cuidados

# 2

## Assistência Social e Política de Cuidados

Apesar dos avanços econômicos e sociais registrados nas últimas décadas, a miséria, a pobreza e a fome permanecem como uma triste realidade nacional. Diante disso, propomos em Belo Horizonte:

Instituir o **Programa de Transferência de Renda Municipal – Renda BH** para famílias que necessitam mais proteção social e cuidado, em articulação com o programa Bolsa Família.

**Ampliar a rede de equipamentos e serviços de Assistência Social**, especialmente os CRAS, a fim de aumentar a cobertura nos territórios mais vulneráveis.

Estabelecer uma **política de cuidados**, compreendendo um conjunto de ações voltadas tanto para as pessoas que necessitam e que requerem cuidados (crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas em situação ou com trajetória de vidas nas ruas), quanto para o cuidado e proteção às cuidadoras. Algumas das ações envolvidas:

- criar unidades de acolhida e cuidados em período noturno, feriados e fins de semana para filhos de mães que trabalham nesses períodos;
- ampliar alternativas para cuidados relativos a saúde mental;
- ampliar e fomentar espaços para oferta de atividades de cultura, esporte e lazer;
- ampliar o atendimento em creches e educação infantil em tempo integral, conforme consta da proposta de política de Educação.



Instituir pelo menos **um Centro-Dia em cada regional**, para apoio à população idosa e a seus familiares.

Definir e identificar territórios específicos da cidade onde há maiores índices de vulnerabilidade social e urbana, nos quais serão desenvolvidos planos específicos de atuação articulada pelos diversos setores da Administração Municipal – **Territórios da Cidadania**.

**Implantar o “Plano Ruas Visíveis – pelo direito ao futuro da população de rua”** lançado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, com prioridade para o acesso efetivo à habitação e ao trabalho, articulado à assistência social, segurança alimentar, saúde, educação, cultura, e de combate à violência institucional.

Apoiar com assistência técnica, gerencial e financeira as iniciativas de empreendimentos econômicos familiares e associativos liderados por mulheres e jovens.

Ampliar e fortalecer a participação, o controle social e as instâncias democráticas e participativas do SUAS-BH.

Implantar a Política de Valorização das/os trabalhadoras/es do SUAS-BH.

**Fortalecer o Conselho Municipal de Assistência Social e os Fóruns de trabalhadores e usuários da Assistência Social.**

**Instituir uma política de comunicação ampla sobre os direitos da Assistência Social** de forma a facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços, benefícios e programas, com vistas à prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais

**Implantação de banheiros públicos e bebedouros para acesso à água e saneamento** e promoção de condições mínimas de **dignidade para população em situação de rua.**

**Fortalecer o caráter intersetorial das políticas sociais,** considerando o papel fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS na garantia de proteção Social e como um dos pilares da política de Seguridade Social para a população.

## **Direitos da Pessoa com Deficiência**

Fortalecer o **Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência** e garantir que seja consultado sobre propostas legislativas de interesse das pessoas com deficiência.

**Garantir a acessibilidade** com desenho universal em calçadas, travessias de vias, no transporte público e nas edificações públicas e privadas.

Garantir condições de **educação inclusiva com atendimento especializado em todas as escolas**, a formação de professores para o atendimento de alunos com deficiência e a disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos adaptados.

**Garantir o acesso a serviços de saúde especializados para pessoas com deficiência**, a capacitação de profissionais e a adequação de acessibilidade física em todos os equipamentos de saúde,

Promover eventos culturais e esportivos inclusivos para todos.

## **Direitos da Criança e do Adolescente**

Incentivar e estimular as políticas públicas intersetoriais, vigilantes e interinstitucionais, prioritariamente nos territórios identificados como de maior vulnerabilidade, com a valorização das especificidades e potencialidades locais.

Implementar um **Cersami - Centro de Referência em Saúde**

## **Mental Infantil** em cada Regional.

Fortalecer a Proteção Básica da Assistência Social, com ações de prevenção e vigilância à violação de direitos, com equipes compatíveis a estas atribuições.

Criar espaços de articulação com a comunidade em conjunto com os técnicos das diversas áreas (saúde, educação, assistência social, esportes, cultura, dentre outras)

Criar espaços para o protagonismo infanto-juvenil, com representantes das comunidades nos debates referentes aos temas apontados como prioritários.

Fortalecer os Conselhos Tutelares com equipamentos e equipe técnica necessários.

Fortalecer a participação social e a ampliação dos direitos, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA-BH e do Fórum DCA-BH, no acompanhamento e monitoramento da implementação e execução das políticas públicas.

Implementar o **Plano Municipal da Primeira Infância em BH**, que visa promover o desenvolvimento integral das crianças, assegurar os serviços de Saúde, Assistência Social, Educação, Cultura e Lazer e fortalecer as famílias e comunidades. oferecendo suporte e orientação para que possam proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento infantil.

Retomar a execução do **"Primeiro protocolo dos serviços de acolhimento institucional e familiar do Município de BH"**, elaborado pela 23ª Promotoria de Justiça e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de BH - Ministério Público de MG e Fórum de Abrigos de Belo Horizonte.

Ampliar e aprimorar os mecanismos de denúncias de violações

dos direitos de crianças e adolescentes.

Enfrentar a letalidade infanto-juvenil, estabelecendo políticas públicas de prevenção, a partir do levantamento de fatores de risco e proteção.



# Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

# 3

## Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Por serem vitais para o combate à miséria e à fome, os programas de abastecimento e segurança alimentar e nutricional precisam ocupar papel de destaque nas políticas públicas em Belo Horizonte. Entre as nossas propostas, destacam-se:

**Transformar BH num território livre da fome**, com soberania e segurança alimentar e nutricional para todos.

**Apoiar e fomentar a consolidação e ampliação das estratégias comunitárias de segurança alimentar e nutricional**, como as cozinhas solidárias e comunitárias, desenvolvidas nos territórios em conjunto com as organizações e movimentos populares.

**Ampliar a rede de restaurantes populares** para todas as regionais de Belo Horizonte.

**Fortalecer e ampliar os programas de apoio e fomento às hortas comunitárias**, hortas escolares e demais modalidades de agricultura urbana sustentável.

Articular os sistemas públicos de Saúde, Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Urbano, Cultura e Meio Ambiente, por meio de suas respectivas políticas, planos e programas de proteção social, para **erradicar a insegurança alimentar grave das famílias em situação de pobreza**.

Priorizar em todas as regionais as comunidades com elevado índice de vulnerabilidade social, tomando em conta o mapa da pobreza-fome baseado no marco conceitual de desertos e pântanos alimentares, definido pela Câmara Intersectorial de SAN - CAISAN.

Articular os sistemas públicos de Saúde, Assistência Social, Educação, Desenvolvimento Urbano, Cultura e Meio Ambiente, por meio de suas respectivas políticas, planos e programas de proteção social para **erradicar a insegurança alimentar grave das famílias em situação de pobreza.**

**Priorizar em todas as regionais as comunidades com elevado índice de vulnerabilidade social**, tomando em conta o mapa da pobreza-fome baseado no marco conceitual de desertos e pântanos alimentares, definido pela Câmara Intersectorial de SAN (CAISAN).

**Apoiar as iniciativas de empreendimentos econômicos familiares e associativos** por meio do fortalecimento das suas capacidades institucional para atuar no setor da produção, processamento e comercialização de alimentos saudáveis no interior do sistema municipal de abastecimento alimentar.

**Ampliar a capacidade operacional e promover a modernização tecnológica dos equipamentos urbanos de comercialização e distribuição de alimentos** que integram a Rede-EP SAN (Mercados Públicos Municipais, Direto da Roça, Feiras Agroecológicas, ABasteCer, Armazém da Roça entre outros) para a PBH cumprir efetivo papel na erradicação da insegurança alimentar grave e na universalização do acesso a alimentos saudáveis para todas e todos em todo o seu território.

**Ampliar/massificar a cobertura dos benefícios, bens e serviços as famílias em situação de pobreza e de insegurança alimentar**, em estreita agenda de cooperação com os Ministérios do Governo do Presidente Lula, para garantir que BH seja reconhecida como um território livre da fome.

**Ampliar a Agenda Pública de Transição Agroecológica** (Política, Técnica e Operacional) para **garantir o pleno exercício e protagonismo das organizações econômicas de base agroecológica e economia solidária e movimentos sociais e ambientalistas**, em cooperação com universidades e centros de pesquisa, para impulsionar o processo de transformação e transição ecológica do atual sistema alimentar.





# Política para Mulheres

# 4

## Política para Mulheres

Embora seja a cidade mais feminina de Minas e a 8ª entre as capitais brasileiras, registrando 86,6 homens para cada 100 mulheres, segundo o Censo 2022, Belo Horizonte está longe de garantir direitos plenos e igualdade às mulheres. A violência e o feminicídio são uma triste realidade, bem como a negação de direitos. Diante disso, propomos:

**Criar a Secretaria Municipal das Mulheres**, para formular, coordenar e executar políticas e diretrizes de garantia dos direitos das mulheres; articular e acompanhar, de forma intersetorial e transversal, as políticas para as mulheres junto aos outros órgãos da PBH, de entidades públicas e privadas e organizações da sociedade civil.

Implementar o plano **Belo Horizonte, cidade segura para as mulheres é uma cidade segura para todos**, buscando a efetivação da rede de garantia de direitos da mulher, a prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher, a promoção da educação para a igualdade com equidade, e a promoção da saúde, da qualidade de vida e da autonomia econômica para as mulheres.

Ampliar e fortalecer a rede de atendimento e de proteção (inclusive os abrigos) a mulheres vítimas de violência, com orçamento adequado e capacitação das equipes de atendimento.

**Instituir programa de incentivo e certificação de cumprimento da Lei de Igualdade Salarial** para as empresas da cidade, especialmente para fornecedores da PBH.

Garantir a criação de mecanismos que efetivem a **política de paridade de gênero para os cargos de liderança na administração municipal**.

Combater o assédio no transporte coletivo, a partir da implementação de aplicativos públicos de denúncia e integração com a Secretaria Municipal de Segurança Pública.

Incrementar no sistema de saúde municipal, políticas contra a violência obstétrica.

**Apoiar e fortalecer as maternidades públicas** que estimulam o parto natural e humanizado.



# Política para populações LGBTQIAPN+

# 5

## Política para populações LGBTQIAPN+

Um Estado Democrático de Direito não pode naturalizar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de orientação sexual e ou identidade de gênero. Nesta perspectiva, propomos:

**Instituir o Conselho da Cidadania LGBT** e elaborar e implementar um **Plano Municipal de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTQIAPN+**, respeitando as decisões das Conferências Municipais já realizadas em BH.

**Elaborar uma linha de cuidados e de protocolos específicos para serviços de assistência social e atendimento em saúde** para pessoas trans, intersexo, bissexuais, lésbicas, gays e assexuais.

**Promover a formação e qualificação de servidores das áreas de educação e saúde** em relação ao atendimento e respeito às necessidades da população LGBTQIAPN+.

**Ampliar e estruturar espaços de acolhimento e atenção à população LGBTQIAPN + em situação de risco**, principalmente para a juventude que não recebe o acolhimento da própria família.

**Criar políticas de capacitação** e parcerias com o setor privado para **fomentar o emprego e renda da população LGBTQIAPN+**.



# Política de Juventude



## Política de Juventude

Representando quase 20% da população de Belo Horizonte, as políticas para as juventudes devem estar no centro das ações da Prefeitura, em estreita sintonia e sinergia com as políticas da Assistência Social e Educação, Cultura e Economia Criativa, entre outras. Para tanto, o Programa BH da Esperança propõe:

**Fortalecer a estrutura e o assessoramento técnico do Conselho Municipal de Juventude** e do Comitê Gestor do Centro de Referência da Juventude; fortalecer a interlocução com os demais conselhos de direitos.

**Estruturar e adequar o CRJ, CRAS, Centros Culturais**, entre outros espaços destinados à promoção de cidadania e fortalecimento de vínculos comunitários, com prioridade nas áreas de maior necessidade e vulnerabilidade social, com capacitação de equipes para o atendimento técnico qualificado das juventudes.

**Incorporar e considerar as propostas e orientações do Plano Municipal de Prevenção à Letalidade Juvenil**, aprovado pelo Conselho Municipal de Juventude após amplo debate social.

**Ampliar a política da SMED para o atendimento das juventudes nos territórios com maior vulnerabilidade social**, inclusive com a viabilização de espaços para atender turmas de EJA em locais não contemplados por uma escola da rede municipal.

**Desenvolver programa voltado para adolescentes que se encontram fora da escola**, especialmente a juventude negra e periférica, buscando sua **reinserção escolar**, e garantia de

permanência desses sujeitos na escola, por meio da criação de uma rede **intersectorial de acompanhamento**.

**Incentivar a economia solidária e o empreendedorismo social** como uma das formas de geração de emprego e renda para as juventudes, garantindo espaços de formação, por meio do fomento de atividades comerciais locais ou regionais e, também, a criação de espaços físicos de trabalho compartilhado e fomento do mercado de tecnologia e startups.

**Desenvolver ações articuladas aos projetos e programas intersectoriais** (CRAS, CREAS, CRJ, Centros Culturais e demais Centros de Referência), principalmente nos territórios mais vulneráveis, para incentivar a valorização da cultura e história das relações étnico raciais em uma perspectiva não eurocêntrica e também favorecer a implementação da lei 10639/2003 nas matrizes curriculares de cada área do conhecimento na educação básica.

**Criar e incentivar mecanismos de qualificação e formação dos(as) profissionais das diversas políticas públicas** (educação, cultura, saúde, assistência, segurança pública e outros) **em temas correlatos à juventude**, diversidade religiosa, de gênero, sexual, cultural, étnico- racial e pessoas com deficiência.

**Criar mecanismos para estimular a participação das juventudes** dos territórios nas Comissões Locais dos Centros Culturais, para definição das atividades e projetos desenvolvidos nos equipamentos públicos de cultura com foco nas juventudes de diferentes vulnerabilidades.

**Realizar evento anual regionalizado para as juventudes**, que tenha como critério a concorrência de organizações das juventudes e com construção ampliada com movimentos sociais e coletivos na seleção de propostas artísticas.

**Garantir recursos do fundo de cultura de forma desburocratizada para os grupos culturais das juventudes**, nas regionais, contemplando a diversidade cultural da cidade.





# Políticas de Igualdade Racial

# 7

## Políticas de Igualdade Racial

Em tempos de intolerância como o que vivemos, o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação devem ocupar papel de destaque nas políticas públicas, por meio da implementação e ampliação, na esfera municipal, das políticas, programas e ações afirmativas dirigidas à população negra, povos indígenas e comunidades tradicionais, que foram retomadas pelo Governo Lula em 2023. Para tanto, propomos:

**Criar a Secretaria Municipal de Políticas de Igualdade Racial**, para conceber e coordenar a execução de programas e ações afirmativas em prol da igualdade racial.

**Desenvolver programas para a juventude negra que ofereçam oportunidades** de esporte, lazer, cultura e formação profissional.

**Enfrentar de todas as formas de violência que pesam contra a juventude negra periférica**, articulando a promoção das potencialidades locais com mudanças nas políticas de segurança.

**Desenvolver programas de educação formal e não formal que promovam a inclusão e diversidade**, abordando estratégias antirracistas; capacitar professores e demais servidores para lidar com questões raciais.

Implementar programas voltados para as forças policiais que atuam presencialmente nas comunidades, com **treinamento sobre preconceito racial e abordagens não violentas**.

**Criar programa para cadastrar e identificar imóveis ocupados como espaços das religiões de matriz africana, para proteger e promover a regularização fundiária.**

Executar, em caráter prioritário, a **Regularização Urbanística dos Territórios Quilombolas** e avançar nos processos de tombamento e registro como Patrimônio Cultural Material e Imaterial, bem como garantir pelas medidas que se fizerem necessárias à salvaguarda das comunidades e de seus modos de vida.

Assegurar aos **Povos e Comunidades Tradicionais de Belo Horizonte** o Direito à consulta livre, prévia, Informada e de boa fé nos termos da Convenção 169 da OIT, no caso de normas, intervenções, licenciamentos, autorizações ou implementação de empreendimentos públicos ou privados que impactem direta ou indiretamente em seus territórios e modos de vida.

Implantar o **Centro de Referência Indígena** enquanto espaço de acolhimento, articulação, promovendo iniciativas de acesso a direitos e cidadania para população indígena em Belo Horizonte.



# Esportes e Lazer

# 8

## Esportes e Lazer

Belo Horizonte vive o pleno anseio de seus moradores por uma maior qualidade de vida. Porém, os equipamentos existentes estão aquém das necessidades e, assim, propomos:

Elaborar, de forma participativa, o **Plano Municipal de Esporte e Lazer**.

**Garantir a manutenção de equipamentos públicos de esporte e lazer** como campos de futebol, quadras esportivas, pistas de caminhada e pistas de skate; **implantar novos equipamentos em territórios não atendidos**.

**Promover atividades recreativas e esportivas**, a partir da demanda das comunidades, priorizando as áreas de maior vulnerabilidade social.

**Fomentar a participação das mulheres** no esporte.

**Implantar o Programa Municipal Bolsa Atleta**, promovendo o incentivo e remuneração de atletas e para-atletas de alto rendimento viabilizando sua dedicação ao treino e prática desportiva com foco na participação em competições municipais, estaduais e nacionais e internacionais de sua modalidade.



# Políticas Culturais



## Políticas Culturais

O fomento da cultura como direito humano fundamental é caminho seguro para o respeito à diversidade cultural e racial e para a promoção da cultura da paz, livre de preconceitos e ódios em tempos sombrios, como os que vivemos. Portanto, nosso desafio é tornar Belo Horizonte cada vez mais uma cidade da diversidade, de cultura cosmopolita, de aparelhos culturais descentralizados e em rede por todos os territórios, que cultive a ocupação livre e democrática de suas praças e lugares públicos, por meios da implementação das seguintes propostas:

**Ampliar o orçamento da Cultura para, no mínimo, 2% do orçamento municipal.**

**Fortalecer e ampliar o Fundo Municipal de Cultura**, garantindo sempre um equilíbrio orçamentário entre o financiamento do Fundo e os recursos de incentivo via renúncia fiscal.

Revitalizar e garantir condições adequadas de funcionamento (pessoal, equipamentos e horário de funcionamento) dos **Centros Culturais** da cidade, para o cumprimento efetivo do objetivo de descentralizar e democratizar a produção e o acesso às diversas expressões culturais em todas as regiões da cidade.

**Fortalecer a rede de Centros Culturais** e teatros públicos e ampliar a programação local e gratuita.

Fortalecer o projeto da **Escola Livre de Artes - ARENA DA CULTURA**, ampliando as atividades ofertadas nos Centros de Cultura e nos bairros da cidade.

**Desenvolver políticas setoriais** para artes, teatro, dança, circo, música, literatura, audiovisual, artes plásticas etc., priorizando as periferias, a partir das demandas específicas de cada linguagem ou território.

**Fortalecer a Política Municipal Cultura Viva**, com a certificação como Pontos de Cultura de novos coletivos culturais, fortalecendo a articulação em rede das iniciativas culturais de base comunitária e incluindo os blocos de carnaval que se mantêm em atividade durante o ano, realizando projetos de natureza sociocultural.

**Consolidar o dinamismo e o potencial do setor cultural** em Belo Horizonte, fortalecendo a fruição, a descentralização, o financiamento das atividades culturais e investimentos na infraestrutura e modernização dos espaços públicos culturais.

**Fazer a gestão do Carnaval com foco na valorização das manifestações culturais**, com a participação das coordenações de blocos diversos, escolas de samba, setor privado e agentes culturais.

**Fomentar a cultura do carnaval o ano inteiro**, investindo em ações continuadas, barracões, sedes e espaços comunitários.

Implementar um programa de **incentivo ao HipHop**, com a desburocratização dos licenciamentos e maior investimento em batalhas de rimas, saraus e slams.

**Fomentar as políticas públicas para os quilombos, mestres e mestras da cultura popular** e demais ações de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial da cidade.

Desenvolver ações de **fomento à arte e cultura LGBTQIAPN+**.

Criar políticas transversais para a Cultura junto à Educação, Saúde, Meio Ambiente, Assistência Social, Segurança Pública e outras áreas, com participação social.



**Criar políticas transversais para a cultura** junto à educação, saúde, meio ambiente, assistência social, segurança pública e outras áreas da administração pública; mantendo compromisso com a participação social.

Valorizar e fomentar as rodas de samba com o objetivo de fomentar a **economia criativa de gênero nos territórios**.

**Criação da Orquestra Municipal de Belo Horizonte** e de estrutura de ensino e aprendizado contínuo de música.

**Garantir espaços nas agendas dos centros culturais para os artistas do Hip Hop**, oficinas de aprendizado/formativas, visando qualificação para concorrer em editais e a inserção na cadeia produtiva da arte.



# Políticas para Saúde

# 10

## Políticas para Saúde

Pioneira na universalização dos serviços de saúde no Brasil, BH tem um SUS potente, cujos principais programas foram implementados nos governos democráticos e populares da cidade, desde a década de 1990, como os de Atenção Primária em Saúde (APS), o SAMU, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e os sistemas de regulação (centrais de consultas e internação), entre outros. No entanto, registram-se hoje graves problemas, como a precária da participação popular e dos trabalhadores no SUS-BH e a perda de foco na atenção primária, na urgência e nas especialidades, bem como na integração com outras políticas públicas vitais para a saúde. Para tanto, são propostas do Programa BH da Esperança:

**Ampliar o acesso e a qualidade no SUS-BH**, principalmente através de:

- viabilizar os agendamentos de consultas e exames por aplicativos;
- garantir atendimentos durante todo o horário de funcionamento dos Centros de Saúde;
- ampliar o atendimento de Saúde da Família, respeitando uma equipe para cada 2 mil habitantes, com as consequentes ampliações necessárias das equipes multidisciplinares (Programa eMulti), equipes de Saúde Bucal e Centros de Saúde;
- garantir que as equipes multidisciplinares (eMulti) tenham psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, Assistentes Sociais, Terapeutas Ocupacionais e farmacêuticos;
- criar o passe livre no transporte coletivo para pessoas

carentes (CAD-único) acessarem consultas e exames especializados, inclusive para reabilitação;

- ampliar as Academias da Cidade, garantindo acesso em tempo oportuno (no momento, há filas);

- reduzir a mortalidade materna e da mortalidade infantil (que voltou a superar a marca de 10 por mil);

- promover ações específicas para os diferentes ciclos de vida das meninas e mulheres, incluindo novo modelo de atenção obstétrica e neonatal a assistência ao planejamento reprodutivo;

- e garantir as vacinas previstas no Programa Nacional de Imunização com carácter obrigatório, conforme preconizado no Estatuto da Criança e Adolescente e na legislação municipal, bem como dos índices de cobertura vacinal previstos pelo Ministério da Saúde.

**Reduzir as filas com mais ciência, tecnologia e especialistas,** por meio de um conjunto de iniciativas, como:

- implantar o Programa Mais Acesso ao Especialista do Governo Federal, para enfrentar as filas de consultas, exames e cirurgias, com transparência;

- Tele consultas para a população e tele consultorias para suporte e educação permanente dos profissionais;

- ampliar os serviços de reabilitação para garantia do cuidado em tempo oportuno

- Construir a nova UPA Noroeste (na área do antigo Aeroporto Carlos Prates);

- ampliar de 400 leitos hospitalares, em parceria com Hospitais Filantrópicos totalmente SUS;

- garantir Ultra Som à beira leito nas UPAs, para evitar internações e melhorar qualidade do cuidado; Ultra Som nos Centros de Saúde;

- garantir todos os Centros de Saúde com profissionais habilitados a inserir DIU;

- e ampliar de vagas nas residências médicas e multiprofissionais: foco nas estratégicas Medicina de Família e Comunidade, Psiquiatria e Ortopedia

- Todas as unidades de saúde como “unidades escola”

**Garantir equidade no SUS-BH** com cuidado para quem mais precisa, com as seguintes medidas:

- avançar nos cuidados às pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidades (população LGBT, população negra, pessoas em situação de rua, indígenas, vilas e favelas);
- qualificar a saúde mental, avançando no modelo da reforma psiquiátrica antimanicomial,
- e cuidar da juventude, em especial nas periferias, com ampliação do programa Arte na Saúde.

**Humanizar o SUS-BH** com democracia e participação popular, implementando:

- os Territórios da Cidadania, que integrem todas as políticas públicas de Saúde, Educação, Assistência Social, Mobilidade, Meio Ambiente e moradia a partir do território;
- a gestão democrática: todas as unidades com colegiado gestor;
- cuidado a quem cuida e valorizando os profissionais de saúde e educação permanente;
- a saúde da trabalhadora e do trabalhador;
- e a valorização e respeito aos Conselhos de Saúde.

Implantar o **Programa Uma Só Saúde** para todos os seres vivos, com as seguintes ações:

- a vigilância em saúde de forma participativa e intersetorial, estratificando os riscos para cuidar de quem mais precisa para o controle de zoonoses e manejo de cães, gatos e demais animais;
- a intensificação de ações de prevenção à dengue, zika e chikungunya cuidando das praças, ruas e beiras de córrego, e mobilizando a população para o cuidado dos quintais, e ampliar vacinação contra a dengue em parceria com o Governo Lula;
- a ampliação do cuidado à saúde animal, inclusive

com convênios do SUS-BH com faculdades de medicina veterinária e ONGs protetoras de animais;

- a implantação de Práticas Integrativas e Comunitárias de Saúde - PICS, valorizando os saberes populares, e de forma integrada com as melhores evidências científicas;

- e a abertura da Farmácia Viva, disponibilizando fitoterápicos nas farmácias em todos os Centros de Saúde.

Desenvolver ações, na **Saúde Suplementar**, junto às operadoras de planos de saúde, para a melhoria da qualidade do atendimento, combate à mortalidade materna, combate às epidemias e atendimento às urgências e emergências, dentre outras.



# Direitos Animais

# 11

## Direitos Animais

O respeito aos direitos e a proteção aos animais integram cada vez mais as políticas públicas em todo o mundo. Em Belo Horizonte, são propostas do Programa BH da Esperança:

Criar e institucionalizar a **Agenda Municipal da Proteção e Defesa dos Direitos Animais**, incluindo a ampliação da rede de parcerias para cuidados específicos da saúde de animais, a ampliação da guarda responsável e o manejo ético de cães e gatos, especialmente nos territórios de maior vulnerabilidade social.

Desenvolver e implementar políticas que garantam o respeito e a **proteção dos direitos dos animais e a conservação da biodiversidade**, promovendo uma coexistência ética e sustentável.

Implementar políticas de educação para a conscientização sobre o bem-estar animal e a **guarda responsável**, promovendo uma relação mais respeitosa e saudável.

**Implementar políticas de promoção da saúde integral animal**, com fortalecimento das ações de prevenção a doenças (campanhas de vacinação, etc) ampliação de espaços que viabilizem práticas de convívio, lazer e bem estar.





# Políticas para Educação



## Políticas para Educação

A educação pública municipal registrou muitos avanços nos últimos anos. O desafio da aprendizagem foi enfrentado de forma inovadora, ao criar uma política de educação infantil referência nacional, da mesma forma que promoveu a extensão do tempo vinculado à escola. No entanto, BH pode mais e ainda há muito a avançar. São nossas propostas:

Criar efetivas estratégias de articulação dos serviços municipais de educação escolar, da Saúde, da Assistência Social, da Cultura, da Segurança, do Lazer e dos Esportes que atuam nos diversos territórios e destes com os demais serviços públicos e com os coletivos populares, para o pleno desenvolvimento do projeto educativo, político cultural que propomos.

**Garantir a universalização de acesso de crianças de 0 a 3 anos a escolas da rede própria ou creches conveniadas em tempo integral.**

Ampliar o número de matrículas e escolas em tempo integral.

Criar de forma participativa um plano de férias para crianças, com o objetivo de garantir o direito ao brincar e ao lazer.

Ampliar as condições de atendimento, na escola, de pessoas com deficiência, em continuidade à política de inclusão, equipando a escola com materiais, profissionais, sistemas de apoio à saúde e demandas pela assistência.

Construir coletivamente políticas para **garantia da segurança interna nas escolas**, envolvendo a comunidade escolar, os demais serviços públicos e os coletivos que atuam no território.

Implementar ações intersetoriais contra a evasão ou abandono escolar.

Fortalecer a política municipal de alimentação escolar, sempre ampliando sua qualidade e adequação ao desenvolvimento do(a)s educando(a)s.

Implementar ações para enfrentar as dificuldades de funcionamento da Educação de pessoas jovens, adultas e idosas - EJA, visando avançar com a escolarização e formação tecnológica dos educandos.

Ampliar o benefício do **Programa Pé-de-Meia** do Governo Federal para estudantes do ensino fundamental e para alunos da EJA.

Vincular todas as políticas municipais ao letramento político e de direitos da população em geral, concebendo-se Belo Horizonte como uma cidade educadora para a cidadania.

Garantir o **pagamento integral do piso nacional do magistério** e respeito à carreira dos ativos e aposentados; cumprir a paridade salarial entre professores aposentados e da ativa.

Executar permanentemente adequações e melhorias na infraestrutura para garantir que todas as escolas da Rede tenham um espaço físico adequado e ambiente acolhedor, seguro, inclusivo e propício para o ensino-aprendizagem.

Dotar todas as escolas de infraestrutura tecnológica, garantindo internet de banda larga (computadores e outros dispositivos).

Estabelecer parcerias com universidades públicas para investimentos no desenvolvimento profissional docente e em pesquisas, com oferta de cursos, seminários e assessorias relacionadas a educação antirracista, educação especial na perspectiva inclusiva, etc.



# Política Urbana e Habitação

# 13

## Política Urbana e Habitação

O modelo de desenvolvimento econômico adotado em Belo Horizonte tem privilegiado o setor imobiliário, em detrimento de outras vocações, como prestação de serviços, indústria tecnológica e criativa (moda, design, gastronomia, dentre outras) e ensino. O resultado disso é uma pressão gigantesca sobre o território, com aumento de índices construtivos e seus impactos negativos em mobilidade e no meio-ambiente urbano. Para reverter esta realidade, torna-se imprescindível:

Buscar permanentemente a implementação das **diretrizes estabelecidas pela ONU para a agenda urbana**, com destaque para aquelas voltadas para tornar Belo Horizonte uma cidade mais inclusiva, criativa, tecnológica, segura, resiliente, economicamente dinâmica e ambientalmente sustentável.

**Garantir e efetiva implementação dos instrumentos de política urbana previstos no Plano Diretor do Município**, especialmente aqueles que induzem a redistribuição do acesso aos serviços da cidade, à terra urbanizada e à moradia adequada.

**Fomentar a requalificação de centralidades locais e regionais**, para **induzir a descentralização** de serviços, espaços de convivência e oportunidades de trabalho.

**Planejar as adequações de áreas públicas** com foco nas mulheres e crianças, para garantir uma cidade para todos.

Garantir que as alterações do Plano Diretor ocorram apenas

após os devidos processos participativos, nas Conferências de Política Urbana.

Implementar ações para **garantir a acessibilidade universal** nas edificações públicas e de uso coletivo e nos estacionamentos.

Garantir que o projeto de transformação da área do **Aeroporto Carlos Prates** contemple a implantação de parque, a oferta de habitação de interesse social, de comércios e serviços, além de equipamentos como escolas, UPA, Centro de Saúde e Centro Cultural.

**Assegurar a implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social**, com apoio de recursos federais (Minha Casa Minha Vida) e municipais; ampliar programas de Assistência e Assessoria Técnica para a autoconstrução; reestruturar e ampliar o programa de locação social, fortalecer o Programa Estrutural em Áreas de Risco; e favorecer a conversão de edifícios vazios para destinação a habitação de interesse social.

**Dar continuidade ao Programa Vila Viva**, implantando obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer.

**Fortalecer o programa de moradia popular** em Belo Horizonte com o **aproveitamento dos imóveis vazios**, especialmente os de áreas centrais, que não cumprem sua função social.

**Considerar nos planos e programas de habitação de interesse social critérios de vulnerabilidade climática** associados à garantia de oferta de moradia acessível, segura e sustentável.

**Criar mesa de diálogo permanente para tratar dos conflitos fundiários** em contextos de interesse social e de imóveis ocupados por população de baixa renda, com participação das

comunidades, movimentos e interessados, visando evitar remoções forçadas e promover a efetivação do direito à moradia.

**Criação da Secretaria Municipal de Periferias**, para a articulação com os territórios periféricos e Territórios da Cidadania, de forma a compreender as suas necessidades e desenvolver estratégias intersetoriais de melhoria das suas condições de vida, de forma a promover uma priorização do orçamento e das ações do poder público nos territórios que mais vulneráveis



# Políticas Ambientais





## Políticas Ambientais

Apesar da agudização dos problemas causados pela exploração irracional dos recursos naturais, como a mineração na Serra do Curral, a política ambiental parece ser irrelevante na agenda pública de Belo Horizonte. Resultado disso, a cidade registra crescente degradação ambiental e as suas áreas verdes perdem cada vez mais espaço para a selva de concreto, fruto tanto de privilégios e concessões dadas pelo poder público a setores do mercado imobiliário, quanto da ineficiência da fiscalização e controle. Diante disso, propomos:

Garantir que as questões relacionadas ao meio ambiente sejam assumidas de forma transversal e integrada na administração municipal e que todos os setores incorporem em seus planos, programas e ações critérios de sustentabilidade ambiental.

**Instituir o Plano Municipal de Enfrentamento e Adaptação às Mudanças Climáticas**, com vista a prevenir e minimizar danos de eventos climáticos extremos.

**Incentivar a utilização de instrumentos de edificações sustentáveis**, visando reduzir o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos no processo produtivo e aumentar a eficiência em relação ao consumo de água e de energia durante a vida útil da edificação.

**Implantar o Programa Reflorestar BH** buscando atingir a meta de 1 árvore por habitante, a ser atingida no máximo em 8 anos, sendo no mínimo o plantio de 60% nos primeiros quatro anos, em parceria com a sociedade civil e setor empresarial, para o manejo,

gestão e preservação do capital arbóreo.

**Consolidar a implantação da rede de áreas de estruturação ambiental prevista no Plano Diretor Municipal**, integrando conexões verdes de corredores viários e conexões de fundo de vale.

Incentivar a utilização de lotes vagos e vazios urbanos para implantação de **hortas comunitárias** e/ou pontos de coleta de resíduos orgânicos para compostagem.

**Criar o Parque Nacional da Serra do Curral**, em parceria com o Governo Federal.

**Ampliar o Programa Adote o Verde** para a conservação de áreas verdes, praças e jardins públicos com a parceria da sociedade civil e do setor empresarial.

**Melhorar as condições e qualidade para usos dos parques** em relação à infraestrutura e equipamentos, com ênfase na acessibilidade e videomonitoramento.

Ampliar o programa de **prevenção e combate aos incêndios** florestais.

**Elaborar os planos de manejo específicos para parques urbanos**, qualificando os fluxos de manutenção, uso público e conservação da biodiversidade.

Assegurar a continuidade e o permanente aperfeiçoamento das ações de **reabilitação da Bacia Hidrográfica e da Lagoa da Pampulha**.

Monitorar e cobrar da COPASA a **implementação das ações voltadas à universalização dos serviços de esgotamento sanitário na Bacia da Pampulha**, conforme o estabelecido no Plano de Ação, homologado junto ao Poder Judiciário.

**Aumentar o número de bairros atendidos por coleta seletiva porta a porta e implantar coleta seletiva em todos os estabelecimentos do ensino público municipal.**

**Desenvolver projeto específico para viabilização de coleta seletiva** em Zonas/Áreas Especiais de Interesse Social (ZEIS/AEIS).

Desenvolver um programa de **incentivo à instalação de Ecopontos** para logística reversa em revendedores, supermercados, farmácias e similares, visando ao recolhimento de materiais recicláveis.

**Ampliar o número de Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes (URPVs).**

Elaborar e implementar, com a participação dos grandes e médios geradores de resíduos orgânicos, um **plano de ações com metas para gestão, redução e destinação adequada dos resíduos orgânicos.**

**Implantar a Política Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais**, promovendo a remuneração de catadores, recicladores e cooperativas que fazem a coleta seletiva e a correta destinação dos materiais recicláveis em reconhecimento ao serviço prestado de recuperação e melhoria das condições ambientais dos ecossistemas



# Políticas de Saneamento

# 15

## Políticas de Saneamento

Ao longo dos últimos anos, Belo Horizonte experimentou políticas e ações exitosas de recuperação integrada de áreas degradadas – recuperação de fundo de vale, proteção de encostas, coleta e destinação de esgoto e de resíduos sólidos e reassentamento da população afetada –, tais como aquelas praticadas pelo Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Córregos em Leito Natural (Drenurbs) e pelo Vila Viva. Para ampliar estas experiências, são nossas propostas:

Dar continuidade à **Política Municipal de Saneamento**, com revisão participativa do Plano Municipal de Saneamento, participação social no Conselho Municipal de Saneamento e transparência no aporte e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento.

**Assegurar o saneamento básico como um direito de todo cidadão**, considerando os componentes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos e drenagem urbana.

**Reconhecer a COPASA como um bem público do povo mineiro**, sendo inaceitável sua privatização, conforme já expresso no contrato de concessão do município com a empresa.

**Posicionar a Administração Municipal como contrária à privatização dos serviços de saneamento**, tendo em vista os riscos que este modelo representa, em especial no que refere à efetiva atuação do município enquanto poder concedente, aos riscos

reais de redução do controle social sobre os serviços, aos riscos de elevação de tarifas e de precarização na prestação dos serviços, em especial para as populações em situação de vulnerabilidade social.

Desenvolver alternativas para **geração de renda com atividades relacionadas ao saneamento.**

Atuar no sentido da construção de uma política que vise **garantir o direito humano de acesso à água tratada**, utilizando-se de mecanismos legais e equipamentos que assegurem a oferta gratuita de um volume mínimo de água (6 m<sup>3</sup> de água mensais por economia) para satisfazer as necessidades básicas das famílias em situação de Extrema Pobreza, Pobreza e Baixa Renda.

**Monitorar o plano de ações para emergências e contingências**, (Plano de Segurança Hídrica), elaborado pela Copasa, para a garantia do abastecimento público de água em caso de risco de rompimento de barragens de rejeitos de mineração que comprometam os sistemas produtores interligados.

**Aprimorar a gestão compartilhada entre município e Copasa**, para atuar na identificação e solução dos problemas de lançamento de esgoto em redes pluviais.

**Garantir a universalização da coleta e tratamento do esgoto** gerado em Belo Horizonte.

**Dar continuidade ao Programa Drenurbs**, viabilizando a adoção de ações de saneamento integrado e de tratamento de fundos de vale, privilegiando a implantação de parques ciliares e assegurando a não transferência de riscos para jusante.

**Aperfeiçoar o Sistema de Monitoramento Hidrológico** e de **Alerta contra Inundações.**

Assegurar a aplicação de recursos na **manutenção preventiva e corretiva do sistema de drenagem**, tendo em vista a sustentabilidade dos investimentos realizados.

**Ampliar o monitoramento dos pontos de inundação** com a participação de moradores locais e reforçar os instrumentos de comunicação e informação à população.

**Assegurar investimentos em obras estruturantes, valorização das ações de planejamento, monitoramento, prevenção e contingência**, no contexto da execução da Política Municipal de Gestão do Risco de Inundações.

**Ampliar a utilização de tecnologias verdes e azuis**, em especial de soluções baseadas na natureza, privilegiando a aplicação de dispositivos de retenção e infiltração de águas pluviais em áreas e equipamentos públicos (jardins de chuva, telhados verdes e outros).



# Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo



# 16

## Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo

A mobilidade urbana está cada vez mais comprometida em Belo Horizonte, devido à precariedade do sistema de transporte coletivo, dos ônibus ao Metrô, privatizado pelo Governo Zema em 2022. Por outro lado, registra-se o grande crescimento da frota de veículos e motos, que saltou de 1,2 milhão de veículos em 2011 para mais de 2,5 milhões em 2022, e literalmente parando a cidade nos horários de pico. Diante disso, defendemos:

Implantar **medidas de prioridade ao transporte coletivo**, com destaque para vias e faixas exclusivas para ônibus, com acessibilidade garantida através de calçadas e travessias de pedestres no entorno dos pontos de embarque e desembarque na cidade.

Ampliar a **rede de ciclovias e ciclofaixas**, tornando a cidade mais segura para ciclistas, promover campanhas e estratégias para aumento do número de ciclistas, bem como instalar novos pontos de bicicletas compartilhadas.

Garantir a implantação e manutenção de **pontos de ônibus seguros e acolhedores em todas as paradas existentes** (iluminação e abrigo).

**Revisar a política tarifária do transporte coletivo**, com controle social, perseguindo gradualmente a redução da parcela paga pelos usuários e criando instrumentos de ampliação do subsídio tarifário, em parceria com o governo federal, sem onerar o orçamento atual, com vistas a implantar gradativamente a gratuidade tarifária universal - a Tarifa Zero.

Centralizar o subsídio ao sistema de transporte coletivo a partir do **Fundo de Subsídio e Melhoria da Qualidade do Transporte Coletivo** – instrumento aprovado na lei do Plano Diretor.

Criar uma política específica e separada de subsídio para o transporte suplementar.

Rever e ampliar a licitação de **transporte suplementar**.

Impor às empresas que operam o sistema de transporte coletivo uma fiscalização eficiente, para garantia da qualidade do serviço.

Buscar a integração da rede metropolitana de transporte de forma a obter melhor atendimento à população, evitando a sobreposição de linhas, racionalizando custos e praticando tarifa única e integrada, o **Bilhete Único Metropolitano**.

Preparar a **nova licitação para o Transporte Coletivo a ser implantada após o vencimento dos contratos atuais**, de forma a **rever o modelo de contratação adotado**, bem como obrigar a que as empresas passem a ser apenas prestadoras do serviço e que toda a Gestão do TP (itinerários, horários, tipo de veículo, tarifas e outros) seja definida diretamente pela Prefeitura, através de um Órgão Gestor.

Estruturar a gestão do transporte coletivo em um Órgão Gestor forte, capacitado tecnicamente e tecnologicamente para gerir todos os aspectos da Mobilidade Urbana.

Buscar recursos e firmar compromissos junto aos governos estadual e federal, para viabilizar a **continuidade da implantação do Metrô**.

Garantir as obras de **requalificação do Anel Rodoviário**, com implantação dos viadutos de transposição e de medidas para redução dos acidentes.

Implementar soluções de logística urbana, com integração metropolitana, trazendo soluções sustentáveis, como Centro de Distribuição de Mercadorias, Postos de entrega, entrega de último quilômetro, entre outras.

Buscar a política de zero emissões de carbono, com a eletrificação da frota a serviço da Prefeitura e de transporte coletivo no prazo de 4 anos.

Instituir programa municipal de segurança no trânsito, com vistas a zerar até 2030 o número de mortos em acidentes de trânsito, tendo como indicador o número de óbitos ocorridos em até 30 (trinta) dias após o acidente e a ela relacionados.

Investir na educação para a mobilidade com o objetivo de construir uma cultura cidadã de comportamento seguro e sustentável na mobilidade urbana.

Fortalecer o **Conselho Municipal de Mobilidade Urbana**, renovando sua composição e lhe atribuindo **caráter deliberativo** em questões centrais da mobilidade urbana.

Fortalecer as Comissões Regionais de Transporte e Trânsito.

Garantir a manutenção das calçadas e estabelecer rotas de pedestres seguras, com acessibilidade universal, arborizadas, confortáveis e bem iluminadas.



# Desenvolvi- mento Econômico e Tecnológico

# 17

## Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Com localização estratégica no centro do País, parques tecnológicos do porte do BH-TEC e pólos de referência da Economia Criativa, Belo Horizonte conta com condições potenciais para ocupar papel de destaque no desenvolvimento econômico e sustentável nacional, gerando renda e trabalho para a sua população. Mas para que a PBH retome a condição de força indutora deste processo, propomos:

**Elaborar e implantar projeto de desenvolvimento econômico centrado no enfrentamento da crise climática, na redução das desigualdades sociais e em atividades econômicas sofisticadas,** dos setores de serviços e indústria tecnológica, considerando, entre outras iniciativas:

- colaboração efetiva com universidades, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil, que potencialize o alto capital social da cidade;
- viabilização de Belo Horizonte como capital do empreendedorismo de base tecnológica
- desenvolvimento de tecnologias de informação voltadas para a melhoria da mobilidade, segurança, sustentabilidade, transparência e prestação de serviços on-line;
- e estímulo à formação de novas centralidades na cidade, atreladas ao desenvolvimento de atividades econômicas sofisticadas.

**Promover a especialização produtiva de Belo Horizonte como fornecedora de serviços tecnológicos de alto valor agregado,** acoplados a cadeias industriais da cidade, do estado e do país, e da produção industrial intensiva, de maneira articulada como o

Plano Nova Indústria Brasil, do Governo Federal.

**Estabelecer parcerias para combater a desproteção trabalhista**, a precarização das condições de trabalho, as formas de produção e reprodução de desigualdades e a discriminação no mercado de trabalho, sobretudo de jovens, mulheres, negros e indígenas, da população LGBTQIAP+ e acima de cinquenta anos.

Criar programa de parcerias para garantia do **Primeiro Emprego de Qualidade**.

**Criar programa de microcrédito produtivo** que favoreça empreendimentos populares e solidários, associações de catadores de materiais recicláveis, produções de agroecologia urbana e outros.

Instalar nas administrações regionais **centros de apoio e fomento à economia do conhecimento, da criatividade e da solidariedade**, nos quais os empreendedores, inovadores, inventores independentes e grupos sociais cooperados terão orientação, formação, qualificação e acesso a determinados recursos físicos e informações.

Reestruturar o **Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico** com várias modalidades de apoio (editais, premiações e investimento de risco) para áreas distintas – economia solidária, tecnologias sociais e da inovação inclusiva, inovação tecnológica e economia criativa, utilizando parte dos recursos atualmente mantidos pela PBH Ativos, para iniciar sua operação.

Ampliar e aprimorar a infraestrutura e os mecanismos de apoio para **atrair e criar indústrias intensivas em tecnologia** e em capital humano, de alto valor agregado e não poluentes

**Estruturar escritórios regionalizados para intermediação de empregos** e assessoria quanto a **formalização de microempresas**, acesso a crédito e articulação de redes para realização de pequenos negócios.

Estabelecer parcerias para **apoio a trabalhadores por aplicativo**.

**Estabelecer política de regulamentação e fomento de atividades econômicas desenvolvidas por trabalhadores ambulantes**, com corredores populares e outras estratégias que possibilitem a ocupação adequada, segura e viva espaço urbano para geração de renda e de benefícios à população.

**Priorizar o desenvolvimento de Belo Horizonte como cidade inclusiva**, produtora de tecnologias avançadas e infraestrutura urbana moderna, com ênfase na qualidade de vida dos cidadãos.

**Promover a inclusão digital**, com ampliação radical do acesso gratuito à Internet nas regiões mais carentes da cidade e com ampliação da oferta de mais e melhores serviços digitais à população, especialmente nas áreas de Educação, Saúde e Mobilidade.

**Promover Belo Horizonte como destino turístico inteligente**, o que implica priorizar investimentos em infraestrutura urbana, acessibilidade, sustentabilidade e inovação como elementos para ampliar sua visibilidade e competitividade internacional.

**Promover a internacionalização da capital**, como motor para o seu desenvolvimento sintonizado com a Ciência, Tecnologia, Inovação, Cultura, Criatividade, Turismo, Gastronomia, Sustentabilidade Ambiental e Inclusão.

**Instituir o conceito de Orçamento Verde nos instrumentos municipais de planejamento**, para incorporar critérios de gestão orçamentária comprometida com resultados socioambientais e marcação de ações ambientais no orçamento (green tagging), garantindo transparência e relevância à agenda ambiental.



# Segurança Pública Cidadã



Belo Horizonte precisa avançar na implementação de uma política de Segurança Pública como direito de cidadania, bem público e fundamento de uma ordem cidadã democrática, que garanta a convivência segura e pacífica da população, como preconiza o PRONASCI. Segurança para todos, na perspectiva da construção de uma cidade inclusiva e plural, que respeita e promove a diversidade cultural, integrando as políticas públicas e sociais com um olhar sobre os territórios. Para tanto, são propostas do Programa BH da Esperança:

**Fortalecer o papel do município na redução e prevenção das violências e criminalidade**, sobretudo nos grupos e territórios mais vulneráveis, tendo como base de consenso a necessidade de se enfrentar as condições econômicas e sociais adversas, que favorecem a criminalidade e a vitimização.

**Promover uma gestão integrada e cidadã da Segurança Pública**, fortalecendo as atuais estruturas de governança (Secretaria Municipal de Segurança Pública - SMSP, Centro Integrado de Operações - COP e Guarda Municipal), com ações articuladas com a União (SENASP) e o Estado, conforme diretrizes do SUSP e PRONASCI.

**Promover ações de readequação dos espaços públicos** tomados por cenas de usos de drogas, em conjunto com o trabalho realizado pelas equipes da Saúde e da Assistência Social.

**Fortalecer os equipamentos** já existentes baseados em tecnologia e vídeo monitoramento e instalar sistema de iluminação pública inteligente, com tecnologia de sensoriamento embarcada, para auxiliar a Segurança Pública e Defesa Civil.

**Ampliar e promover a utilização saudável dos espaços públicos em territórios vulneráveis**, por meio do fomento a iniciativas esportivas, culturais e gastronômicas, bem como a utilização comunitária dos equipamentos públicos, como escolas, em períodos de férias e finais de semana.

**Promover a segurança cidadã nas escolas** em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e sob sua coordenação.

**Promover e fortalecer a formação continuada da Guarda Municipal**, considerando temas como, isonomia na abordagem, civilidade, população em situação de rua e usuária de drogas, política de redução de danos em relação ao uso de drogas, violência doméstica e familiar, violência baseada em gênero e mediação de conflitos.

# Ficha Técnica

## **Coordenação do Programa de Governo**

Cleber Maia

Flávia Mourão Parreira do Amaral

Guilherme Alves de Oliveira (Guima)

Jô Moraes

Luiz Soares Dulci